



O livro *Instituições de Direito Eleitoral* é já um clássico do Direito Eleitoral. Foi a primeira obra a dar tratamento puramente dogmático à teoria da inelegibilidade e aos institutos eleitorais, sem se perder no discurso político. Nele não há a defesa de ideologias, não se faz literatura militante, tampouco se analisa o ordenamento jurídico a partir de uma visão comprometida com teses messiânicas. O tratamento dado ao Direito Eleitoral é rigoroso, compromissado com a Ciência do Direito.

A obra constrói a teoria da inelegibilidade a partir da teoria do fato jurídico. Com a exposição segura de conceitos chaves da teoria geral do Direito, o autor submete a LC nº 135 (Lei da Ficha Limpa) e a jurisprudência surgida em razão dela a uma análise detalhada, cuidadosa, sem paixões. E partindo da fundamentação dos conceitos, expõe as suas implicações ao Direito Processual Eleitoral.

É obra de leitura obrigatória que a Editora Fórum tem o prazer de editar, oferecendo a nova edição aos estudantes, advogados, magistrados e membros do Ministério Público.

Sobre o autor, disse o constitucionalista Ruy Samuel Espíndola, na solenidade de instituição da Medalha

“Adriano Soares da Costa” criada pela Academia Catarinense de Direito Eleitoral (ACADE):

“O Mestre Adriano Soares da Costa é uma voz de luz e resistência em uma terra árida, seca, sem solo propício para profundas reflexões, a terra que tem constituído nosso Direito Eleitoral, que precisa de verdadeira ciência e cuidado metódico de reflexão e pesquisa.

Podemos dizer, sem medo de errar, que temos diante de nós a maior autoridade da ciência juseleitoral brasileira. Não só na atualidade, mas de todos os tempos em que estamos a tentar fazer ciência com essa disciplina entre nós. Há um Direito Eleitoral antes de Adriano Soares da Costa e há um Direito Eleitoral depois de sua obra escrita e falada. Seus ensinamentos e seus exemplos fazem escola.”

Autor

Adriano Soares da Costa

INSTITUIÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

TEORIA DA INELEGIBILIDADE – DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

10ª edição revista e ampliada

Área específica

Direito Eleitoral.

Área afins

Constitucional, Direito Processual Civil.

Público-alvo/ Consumidores da obra

Advogados, juízes de Direito, membros do Ministério Público, estudantes.

Formato: 17x24 cm

CÓDIGO: 10000992

C837i

Costa, Adriano Soares da

Instituições de direito eleitoral / Adriano Soares da Costa. 10. ed. rev. ampl. e atualizada de acordo com a LC nº 135, de 2010, com a Lei nº 13.165, de 2015 e com o Novo Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015) – Belo Horizonte : Fórum, 2016.

487 p.

Teoria da Inelegibilidade – Direito Processual Eleitoral

ISBN 978-85-450-0147-8

1. Direito eleitoral. 2. Justiça eleitoral. 3. Elegibilidade. 4. Inelegibilidade. I. Título.

CDD: 342.07

CDU: 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Adriano Soares da. *Instituições de direito eleitoral*. 10. ed. rev. ampl. e atualizada de acordo com a LC nº 135, de 2010, com a Lei nº 13.165, de 2015 e com o Novo Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015). Belo Horizonte: Fórum, 2016. 487 p. Teoria da Inelegibilidade – Direito Processual Eleitoral. ISBN 978-85-450-0147-8.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

NOTA À 10ª EDIÇÃO.....15

NOTA À 9ª EDIÇÃO.....17

Discurso na solenidade de instituição da Medalha de Honra ao Mérito “Adriano Soares da Costa”, criada pela Academia Catarinense de Direito Eleitoral (ACADE).....21

CAPÍTULO 1

NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....27

§1 Notas sobre a teoria do fato jurídico.....27

1.1 Conceito de incidência da norma jurídica.....32

1.2 Distinção entre incidência e aplicação da norma jurídica.....35

1.3 Os fatos jurídicos e seus efeitos.....41

§2 Da elegibilidade e inelegibilidade como efeitos jurídicos.....44

2.1 Soberania popular: direito de votar e direito de ser votado.....44

2.2 Distinção entre direito de sufrágio, elegibilidade e inelegibilidade.....46

§3 Notas sobre o fato jurídico do registro de candidatura.....51

3.1 Registro de candidatura e efeitos do pedido de registro de candidatura.....51

3.2 Registro de candidatura e registro da chapa: a *candidatura plurissubjetiva*.....53

§4 Do conceito de matéria constitucional para a teoria das inelegibilidades.....58

4.1 Natureza das normas sobre elegibilidade e inelegibilidade.....58

4.2 Conceito de matéria constitucional para efeito de preclusão eleitoral.....61

4.3 Casuística.....70

CAPÍTULO 2

DA ELEGIBILIDADE E SUAS CONDIÇÕES.....	73
§1 Elegibilidade e condições de elegibilidade: precisão dos conceitos.....	73
§2 Das condições de elegibilidade próprias.....	92
2.1 Nacionalidade.....	92
2.2 Pleno exercício dos direitos políticos.....	97
2.2.1 Perda dos direitos políticos.....	97
2.2.2 Suspensão do exercício dos direitos políticos.....	98
2.2.2.1 Incapacidade civil absoluta.....	99
2.2.2.2 Condenação criminal.....	101
2.2.2.3 Improbidade administrativa.....	111
2.3 Alistamento eleitoral.....	114
2.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	117
2.5 Filiação partidária e fidelidade partidária.....	120
2.5.1 A coligação e a sua natureza jurídica. Proclamação dos eleitos e diplomação.....	124
2.5.2 Fidelidade partidária, criação de novo partido e perda do mandato eletivo.....	127
2.6 Idade mínima exigível.....	133
§3 Das condições de elegibilidade impróprias.....	135
3.1 Não ser analfabeto.....	135
3.2 Condições especiais para militares.....	137
3.3 Indicação em convenção partidária.....	139
3.4 Desincompatibilização.....	140
§4 Condições de elegibilidade e vida pregressa.....	144

CAPÍTULO 3

DA REELEGIBILIDADE.....	157
§1 Da inovação constitucional.....	157
§2 Conceito de reelegibilidade.....	157
§3 O problema da desincompatibilização.....	160
3.1 Conceito de incompatibilidade.....	160
3.2 A lacuna legal propiciada pela Emenda Constitucional nº 16/97.....	160
3.3 Impossibilidade de colmatação infraconstitucional.....	162
3.4 A desnecessidade de desincompatibilização para a reelegibilidade.....	165
3.5 A posição do Tribunal Superior Eleitoral.....	169
§4 Casuística.....	172
§5 Reeleição e candidatura itinerante ou profissional.....	177

CAPÍTULO 4

INELEGIBILIDADE.....	183
§1 A inelegibilidade como conceito negativo.....	183
§2 A inelegibilidade como ausência de elegibilidade (inelegibilidade inata).....	193
§3 A inelegibilidade como obstáculo ou perda de elegibilidade (inelegibilidade cominada).....	196
3.1 Inelegibilidade cominada simples (<i>nessa</i> eleição).....	198
3.2 Inelegibilidade cominada potenciada (eleição futura).....	199
3.3 Inelegibilidade e outras classificações.....	203
3.4 Retroatividade da sanção de inelegibilidade: possibilidades e limites.....	204
3.3 Casuística.....	214

3.3.1 Art. 1º, inc. I, alínea “d”, da LC nº 64/90.....	215
3.3.2 Art. 1º, inc. I, alínea “g”, da LC nº 64/90.....	218
3.3.3 Art. 1º, inc. I, alínea “j”, da LC nº 64/90.....	222
3.3.4 Art. 1º, inc. I, alínea “l”, da LC nº 64/90.....	223

CAPÍTULO 5

INABILITAÇÃO PARA MANDATO ELETIVO.....	227
§1 Inabilitação para mandato eletivo.....	227
§2 Conceito de inabilitação.....	228
2.1 Noções gerais.....	228
2.2 Normas jurídicas pertinentes.....	229
2.3 Sobre as normas jurídicas prescritoras de inabilitação.....	230
§3 Inabilitação e função pública.....	235
3.1 Conceito de função pública.....	235
3.2 Agente político e função pública.....	237
3.3 Função pública e direito penal.....	239
3.4 Inabilitação e função pública.....	241
§4 Inabilitação e inelegibilidade.....	243
4.1 Natureza jurídica da inabilitação.....	243
4.2 A inabilitação como inelegibilidade cominada potenciada.....	244
4.3 Aspectos processuais no Direito Eleitoral.....	252

CAPÍTULO 6

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO.....	257
§1 Conceito de captação de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/97).....	257
§2 A sanção para a captação de sufrágio: multa, e cassação do registro ou diploma. Repensando a significação do prescritor do art. 41-A.....	263
§3 Captação de sufrágio e abuso de poder econômico: a evolução pretoriana.....	268
§4 Cassação de registro <i>vs.</i> inelegibilidade.....	270
§5 Ação de investigação judicial eleitoral e captação de sufrágio.....	279

CAPÍTULO 7

A JUSTIÇA ELEITORAL E A NATUREZA DE SUA ATIVIDADE.....	283
§1 Introdução.....	283
§2 Organização da justiça eleitoral.....	283
2.1 Do Tribunal Superior Eleitoral.....	286
2.1.1 Composição e <i>quorum</i>	286
2.1.2 Competência. O problema da ação rescisória.....	288
2.2 Tribunais regionais eleitorais.....	292
2.3 Dos juízes eleitorais.....	294
2.4 Das juntas eleitorais.....	294
§3 Distinção entre atividade administrativo-judicial e atividade jurisdicional (voluntária e contenciosa).....	295
§4 Tipos de impugnação.....	300
§5 Distinção entre impugnação e recurso.....	301
§6 Conclusão.....	302

CAPÍTULO 8

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL.....	305
-----------------------------------	-----

§1 Inaplicabilidade das técnicas da tutela coletiva ao direito processual eleitoral.....	305
§2 Reunião das ações eleitorais.....	307
2.1 Natureza jurídica da reunião de ações.....	308
2.2 A extinção da mandamentalidade antecipada das ações eleitorais de cassação.....	309
2.3 Quais os fatos que ensejam a reunião das ações?.....	310
2.4 Fatos brutos, sucessos históricos e causa de pedir.....	311
2.5 Ações com idênticos fatos e momentos da sua reunião.....	313
2.6 Conexão e continência das ações eleitorais?.....	314
§3 Aplicação do novo Código de Processo Civil.....	315
3.1 Negócios jurídicos processuais.....	315
3.2 Contagem de prazos processuais.....	317
3.3 Distribuição do ônus da prova e fundamentação das decisões judiciais.....	318
§4 As cargas das eficácias das sentenças de procedência nas ações eleitorais de cassação de mandato eletivo e a realização de novas eleições.....	318

CAPÍTULO 9

ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATO.....	321
§1 Do pedido de registro de candidato.....	321
§2 Pedido de registro, notícia de inelegibilidade e impugnação ao pedido de registro.....	324
§3 Da ação de impugnação de registro de candidato.....	327
§4 Petição inicial da AIRC: o problema da causa de pedir.....	332
4.1 Ausência de limites probatórios: comparação com a AIJE.....	332
4.2 A AIRC e o problema da cognição sumária.....	338
4.3 Sobre a causa de pedir.....	339
4.4 AIRC e abuso de poder econômico: a posição do TSE.....	340
§5 Legitimados para agir.....	342
§6 Litisconsórcio facultativo ativo e reunião de ações.....	344
§7 Da tutela de urgência.....	344
§8 Resposta do réu.....	345
§9 Do julgamento conforme o estado do processo.....	348
§10 Da audiência de instrução.....	349
§11 Sentença e motivos de indeferimento do registro de candidatura.....	350
§12 Breve notícia sobre a fase recursal.....	351
§13 Da AIRC proposta originariamente nos tribunais.....	352

CAPÍTULO 10

DO RECURSO (ACÇÃO) CONTRA DIPLOMAÇÃO.....	355
§1 Recurso ou ação contra diplomação?.....	355
§2 A ação processada como recurso: consequências.....	358
§3 Natureza da ação (recurso) contra diplomação.....	361
§4 Hipóteses ensejadoras do recurso contra diplomação.....	364
§5 Legitimados <i>ad causam</i> e litisconsórcio necessário passivo.....	366
§6 Rito processual.....	371

CAPÍTULO 11

ACÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL.....	373
---	-----

§1 A investigação judicial como ação.....	373
§2 Efeitos da ação de investigação.....	377
2.1 Decretação de inelegibilidade do representado, para <i>essa</i> eleição, e de quantos hajam contribuído para a prática do ato.....	378
2.2 Cominação de sanção de inelegibilidade.....	379
2.3 Cassação do registro de candidato.....	380
§3 Hipóteses de cabimento.....	382
3.1 Transgressões quanto à origem de valores pecuniários.....	382
3.2 Abuso de poder econômico ou político.....	384
3.3 Uso indevido dos veículos e meios de comunicação social.....	385
3.4 Captação ilícita de sufrágio.....	386
3.5 Captação ilícita de recursos e gastos indevidos de campanha.....	386
§4 Legitimados para agir (ativa e passivamente).....	387
§5 De quando se pode interpor a AIJE.....	394
§6 Rito processual.....	400
6.1 Juízo competente.....	400
6.2 Petição inicial.....	400
6.3 Tutela de urgência ou medida acautelatória?.....	404
6.4 Despacho inicial e indeferimento liminar da petição.....	405
6.5 Contestação e dilação probatória.....	406
6.6 Alegações finais.....	406
6.7 Da valoração probatória e do julgamento.....	407
6.7.1 O princípio da demanda e da adstrição do juiz ao pedido das partes.....	407
6.7.2 Princípio dispositivo e princípio inquisitório.....	409
6.7.3 O conteúdo jurídico do art. 23 da LC nº 64/90.....	410
6.7.4 Da sentença em caso de abuso de poder econômico ou político e do recurso ordinário.....	411

CAPÍTULO 12

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	413
§1 Existe no mundo jurídico a AIME?.....	413
1.1 Da competência da Justiça Eleitoral para conhecer e julgar a AIME.....	415
1.2 Da legitimidade <i>ad causam</i>	417
§2 Natureza da ação e seus efeitos.....	421
2.1 Conceito de relação jurídica.....	422
2.2 Relação jurídica da qual o diplomado é polo (termo).....	423
2.3 A impugnação de mandato eletivo como afronta à relação jurídica básica da votação.....	424
2.4 AIME e inelegibilidade.....	425
2.4.1 A inelegibilidade para <i>essa</i> eleição.....	425
2.4.2 A inelegibilidade para as eleições futuras (inelegibilidade potenciada).....	426
§3 Cabimento.....	430
3.1 Fraude.....	432
3.2 Corrupção.....	436
§4 Das partes.....	437
4.1 Litisconsórcio passivo.....	437
4.2 Benefício, pelo candidato eleito, de ato ilícito por ele não realizado.....	443

§5 Prazo para ser ajuizada.....	444
§6 Rito processual e execução imediata da decisão.....	445
§7 Segredo de justiça.....	447
§8 Ação temerária.....	447

CAPÍTULO 13

RECURSOS ELEITORAIS.....	449
§1 Do conceito de recurso eleitoral.....	449
§2 Das normas gerais sobre recursos eleitorais.....	453
2.1 Da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	453
2.2 Do efeito suspensivo (art. 216 do CE, art. 257, §2º, do CE e <i>imunidade processual</i> do art. 16-A da Lei nº 9.504/97). Suspensão da decisão que decreta a inelegibilidade (art. 26-C da LC nº 64/90).....	454
2.2.1 O art. 216 do Código Eleitoral.....	455
2.2.2 Art. 16-A da Lei nº 9.504/97.....	457
2.2.3 Suspensão da decisão que decreta a inelegibilidade (art. 26-C da LC nº 64/90).....	458
2.2.4 Efeito suspensivo dos recursos ordinários em casos de cassação do registro ou diploma (art. 257, §2º, do CE).....	459
2.3 Da preclusão e dos prazos processuais.....	460
2.4 Da prevenção.....	463
§3 Dos recursos em espécie.....	464
3.1 Recursos contra decisão dos juízes eleitorais. Cabimento do agravo contra decisão interlocutória.....	464
3.2 Recursos contra decisão das juntas eleitorais.....	464
3.2.1 Dos recursos parciais.....	465
3.2.2 Recurso ordinário.....	466
3.3 Dos recursos contra decisões dos tribunais regionais eleitorais.....	466
3.3.1 Agravo regimental.....	466
3.3.2 Embargos de declaração.....	466
3.3.4 Recurso especial.....	468
3.3.4 Recurso ordinário.....	470
3.3.5 Agravo.....	472
3.4 Recursos contra decisões do Tribunal Superior e Eleitoral.....	472
3.4.1 Agravo regimental, embargos de declaração e agravo de instrumento.....	472
3.4.2 Recurso ordinário.....	472
3.4.3 Recurso extraordinário.....	473
REFERÊNCIAS.....	475